

**ACTA N.º 2/2008
DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 4 DE DEZEMBRO DE 2008**

-----Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ DOS REIS MORINS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, ANTÓNIO JOSÉ JESUS FERREIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, IRENE MARIA CORDEIRO PEREIRA, RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES, JOÃO JOSÉ CONCEIÇÃO ALMEIDA E JORGE MANUEL VIEIRA CARDOSO. ---

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----**GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2009 – Deliberado aprovar por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata.**-----

-----**Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----**ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2009 – Deliberado aprovar por maioria com os votos contra dos Vereadores do partido Social Democrata.**-----

-----**Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----Interveio o Senhor Albino referindo que o Orçamento apresentado obedeceu a princípios gerais que orientaram a leitura deste orçamento, obedeceu a três ou quatro.-----

-----Primeiro, a contenção de despesa corrente a níveis de anos anteriores, na parte que é efectivamente possível de conter, ou seja, naquela que mais directamente depende do exercício de gestão. Mas existem outras despesas que são resultado de factores externos, estando algumas contempladas na página onze do relatório do orçamento. Estas despesas são significativas e não dependem directamente do Executivo, como por exemplo: gasóleo para as escolas; alimentação nas escolas, que comparativamente ao ano anterior, sofreram um aumento de 2,7%, mas que também depende da qualidade e do serviço prestado, levando a que haja mais procura destes serviços; a limpeza e higiene, que diz respeito ao pagamento à Suma; os serviços postais, que parece um serviço pequeno, mas que sofreu um aumento de 8,7% e os transportes escolares, pela mesma razão.-----

-----Segundo, a manutenção do investimento nas chamadas pequenas obras até 50.000,00€ e que habitualmente se gastam entre 600.000,00€ a 800.000,00€. São pequenas obras que são essenciais, como por exemplo, execução de um ramal, alguns metros de alcatrão, entre outros. Fazer investimentos grandes e deixar estes para trás, não traz equilíbrio-----

-----Terceiro, manter os níveis de apoio, quer em investimento quer em despesa corrente, para instituições sem fins lucrativos, sejam associações desportivas, culturais, sociais ou religiosas.-----

-----Quarto, há que respeitar também dentro de outra linha, a oportunidade dada pelo programa QREN, para isso é preciso identificar as obras, candidatá-las, e avançar para os investimentos. No entanto, isto acarreta outra situação, realizar as despesas para depois obter o apoio mais tarde. As candidaturas feitas directamente pela Câmara e pela Associação Municipal do Pinhal Litoral (AMPL), somam milhões de euros e não sendo todas para realizar este ano, obrigam a que todas figurem no Plano e Orçamento para o ano de dois mil e nove, para que se possam desenvolver as candidaturas. Tudo isto levou a um orçamento de cerca de 25.000.000,00€.-----

-----A despesa corrente sobe 6,5% em relação ao Orçamento inicial de dois mil e oito e o investimento sobe para já 3,2% relativamente ao inicial de dois mil e oito e subirá para 9,8%, aquando da aprovação pelo Tribunal de Contas do empréstimo de 1.750.000,00€, isto porque no Plano existem duas obras com 400.000,00€ cada uma com a designação de valor a definir, o que

significa que este valor (800.000,00€) não está a afectar o valor global da despesa de capital, só irá afectá-lo aquando do visto do Tribunal de Contas. -----

-----Interveio o Vereador João José questionando se não é preciso retirar do outro lado.-

-----O Vereador Albino Januário respondeu que não, porque este valor está a definir por conta do empréstimo. Acrescentou ainda, que o aumento da despesa corrente de 6,5% face ao que se verificou no Orçamento Inicial de dois mil e oito, pode ser justificado em três situações que já enumerou. A dívida que se estima transitar para dois mil e nove, no que toca à despesa corrente, tem de estar aqui contemplada e quando se transita a dívida de um ano para o outro, afecta logo o orçamento de dois mil e nove. A dívida estimada, a transitar, em termos correntes, será de 350.000,00€, o que corresponde a cerca de 3%. O aumento com despesas de pessoal andarà por volta dos 282.000,00€, ou seja, 2,4%. Os aumentos anormais escritos na página onze do relatório do Orçamento, significam por si só 250.000,00€, isto é, 2,1%. Nestas três verbas, encontram-se logo qualquer coisa como 880.000,00€, que estão bastante acima dos 6,5% de aumento das despesas correntes em dois mil e nove, face ao orçamento inicial de dois mil e oito.

-----O Vereador João José solicitou para intervir referindo que em relação à página onze, a forma como estas despesas estão contextualizadas e o valor de que se está a falar, se pegarmos nestes 2.166.000,00€, isto corresponde a um valor que não seja 20% das despesas correntes totais de que se está a falar para dois mil e nove. Concordou que há um aumento significativo mas será uma parcela relativamente pequena, sendo cerca de um quinto.-----

-----Interveio o Senhor Albino referindo que a percentagem da despesa corrente na despesa total andarà na ordem dos 20%, tendo em atenção que o Orçamento da despesa corrente ronda os 10.000.000,00€. Contudo, há que reparar que é um valor correspondente a dez meses, tendo em atenção o período homólogo, o que pretendeu realçar foi apenas um dado que é verdade.-----

-----O Vereador João José interveio referindo que é verdade, só que a despesa corrente não se baseia forçosamente nestes dados, isto será, quanto muito, cerca de um quinto da despesa corrente total da Câmara.-----

-----Interveio o Senhor Albino Pereira Januário, mencionando que há despesas que representam cerca de 25% destas despesas correntes e que têm um aumento médio de 13%, contudo existem factores externos que nos impedem de conter estas despesas e apenas pretendem sublinhar estes aspectos. -----

-----O Vereador João José interferiu dizendo que relativamente ao quadro da página onze, concorda que são despesas que não são possíveis de “travar” pela Câmara, tendo em atenção os serviços prestados. As despesas correntes não são tão fáceis de reduzir, quanto às vezes possa parecer, e concordou que é muito difícil controlar estas despesas, de facto se formos humanos e socialmente correctos é difícil. -----

-----Interveio o Engenheiro António José referindo que foi apresentado um documento (Orçamento) como nunca houve. Mencionou que só gostava que nas opções da Câmara, os eleitos PS, tivessem o rigor e o planeamento que teve este processo orçamental. Não concorda com ele em muitas coisas, mas está com um rigor de apresentação e de facto está um documento como nunca houve. Só tem pena que esta forma processual não seja transferida para todas as opções, porque se assim fosse teríamos um Concelho como nunca tivemos. Nós discordamos com as vossas opções no facto de que entende que não é para o Concelho. O que sempre criticou e que se continua a verificar, é que este Orçamento está feito a muito curto prazo e de uma forma muito pouco global. Não houve, e há elementos para isso, uma análise aprofundada e se houve, discorda das opções, entende que não houve uma análise sobre as potencialidades e defeitos do nosso Concelho e o que é que pretendemos para ele daqui a 10 ou 20 anos, agora é

que se tem de planear isso. Não há vontade de copiar as experiências boas dos nossos vizinhos, um pequeno exemplo do que se está a falar, é a aldeia da Pia do Urso, e é esta falta, que entende que há no Concelho de Porto de Mós, de forma a se poder lançar o nosso Concelho. Dois factores que considera essenciais, é que a nossa região é tanto mais forte quanto mais pessoas aqui viverem e quantos melhores acessos houver aos principais eixos rodoviários deste país. E questionou que medidas têm sido tomadas nesse sentido. -----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso interveio mencionando que a Câmara tem um acordo com o governo em que já foram assinados os concursos do IC9 e da Variante da Batalha, e o IC9 já está em projecto. -----

-----O Vereador António José afirmou que já ouve falar do IC9 há 10 anos.-----

-----O Vereador Jorge Cardoso interferiu, acrescentando que o planeamento está feito e a obra vai ser executada durante o QREN, ou seja, até dois mil e catorze. Já foi negociado com a empresa Estradas de Portugal, dois acessos, tanto a Ponte do Rio Alcaide como a Ponte de S. Pedro. -----

-----O Vereador António José interveio dizendo que isso são pequenas obras. -----

-----O Vereador Jorge Cardoso indicou que se está a falar de grandes vias; o IC9 e o IC2 são duas grandes vias do Concelho e questionou, o que é que se precisa mais em termos de vias no Concelho.-----

-----O Senhor António José interveio, dizendo que é necessária uma ligação a Mira de Aire. -----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso afirmou que é certo que se precisa e continua-se a insistir nisso. Também se estão a tentar tratar de outras situações, está-se a tentar fazer as ligações desde o Arrimal, ligando S. Bento, para ficarmos com o Concelho ligado. Todas as vias estruturantes estão a ser marcadas e traçadas e o Plano Director Municipal vai reflectir essa situação. -----

-----O Vereador António José interveio dizendo que então têm de trabalhar mais, têm um ano para terminar o mandato.-----

-----O Arquitecto Jorge interveio e disse que ele há-de ler um texto que vem no Expresso onde se lê sobre o Plano Rodoviário Nacional, dizendo que existem problemas a nível do governo nas estratégias que ele tem em relação às vias estruturantes e aí não podemos fazer mais nada. -- -----

-----O Vereador António José acrescentou que se podia fazer muito mais, aliás, porque têm uma vantagem muito grande que nunca tiveram e que lhe parece não estar a ser aproveitada.-----

-----O Arquitecto Jorge mencionou que nós temos e estamos a aproveitá-la. Temos insistido com as Estradas de Portugal e com o Governo sobre as vias. -----

-----O Vereador António José acrescentou que lhe parece que o que se passa nesta câmara, é que as coisas não acontecem.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso refutou, dizendo que, se for analisada a lista de candidaturas que estão nas Grandes Opções do Plano para dois mil e nove, estão lá uma série delas. -----

-----O Vereador António José perguntou, fora do QREN o que é que tinham.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso respondeu que têm o Saneamento de Mira de Aire, e a candidatura da Helipista.-----

-----O Vereador António José questionou se já tinham o projecto de Mira de Aire.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso respondeu que já está todo feito.-----

-----António José perguntou se já está candidatado.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso respondeu que está e aditou que a Câmara só consegue 5.000.000,00€ de investimento por ano. Por exemplo, no Programa Operacional Valorização Territorial poderíamos candidatar todo o saneamento de Mira de Aire no valor de 4.000.000,00€, que absorveria a verba de um ano investimento inscrito no orçamento.-----

-----O Vereador Albino Januário interveio dizendo que falar de estratégia é pura retórica e questionou como é que se desenvolve o Concelho, como é que se fixam pessoas. Com boas acessibilidades e boas infra-estruturas, quer de águas quer de saneamento, proximidade dos grandes centros. Tudo isto são factores de conforto para as pessoas. Em Porto de Mós isto gere-se com coisas que nunca houve. Há quase vinte anos que está iniciado um parque industrial no qual se gastou milhões de euros, estando quase terminada a segunda fase e espero não acabar o mandato sem ver a 3ª fase concluída. Espero é uma coisa que considero fulcral, as acessibilidades. Porto de Mós dista treze quilómetros dos dois principais eixos rodoviários, a ligação a estes demora cerca de trinta minutos, e o IC9 virá resolver isso. É isto que atrai pessoas para cá. O objectivo é investir em saneamento e águas, fixação de empresas para fixar as pessoas. Não vale a pena criar estratégias fictícias porque os factores que possibilitam o desenvolvimento do concelho são estes. Referindo-me ao que o vereador António José afirmou, que não há outra forma de criar outra estratégia que não esta, se o que se pretende é fixar mais pessoas no concelho, criar emprego.-----

-----O Vereador António José interveio e questionou o que é que tem sido feito nesse sentido.-----

-----O Vereador Albino Januário respondeu que é preciso dar grande impulso ao parque industrial e convencer as pessoas que se têm oposto ao IC9, fundamental para o concelho, criar condições de ensino, acessibilidades e havendo o IC9 desbloquear-se-iam muitas coisas.-----

-----O Vereador António José interveio, continuando a achar que a Câmara não fez o que é possível no sentido da vinda do IC9.-----

-----O Senhor Albino Januário refutou, dizendo que não é isso, há coisas que nos escapam e que prejudicam isso.-----

-----O Vereador António José questionou que tanto quanto sabe, o Senhor Presidente falou na Assembleia Municipal de uma cobertura na ordem dos 27% do concelho a nível do saneamento básico.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso proferiu que é o que está a funcionar em Porto de Mós.-----

-----O Vereador António José voltou a intervir dizendo que não e tem que estar errado.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso voltou a intervir e afirmou que está a funcionar Porto de Mós, Alqueidão da Serra, São Jorge, Juncal, Pedreiras. No entanto, muitos dos sítios em Porto de Mós não estão cobertos, assim como Alqueidão da Serra e Juncal.-----

-----O Vereador António José interveio dizendo que não pode ser apenas 27% e questionou quantas pessoas têm o Juncal e as Pedreiras. -----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso interveio e disse que existem cerca de 2.000 pessoas no Juncal, nas Pedreiras 1.900, perfazendo 4.000 nas duas. Em Porto de Mós existem cerca de 11.000 pessoas e 12.000 no Alqueidão da Serra.-----

-----O Vereador António José proferiu que 12.000 pessoas são cerca de 50% da população.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso intercedeu dizendo que não estão todos os lugares servidos de rede de saneamento. Muitas das ruas do Alqueidão da Serra, como por exemplo a Rua das chãs, não foi totalmente ligada. Em Porto de Mós, só um núcleo é que tem rede de saneamento, muitos ainda não têm, como é o caso das Eiras da Lagoa e uma parte dos Colos também não tem.-----

-----O Vereador António José acrescentou que em termos de cobertura de rede não pode ser de 27%, isso é que é retórica, não tens os dados do Instituto Nacional Águas (INAG), o INAG tem os dados que a Câmara manda. -----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso refutou, referindo que ainda hoje foi o Documento de Enquadramento Estratégico (DEE) para Lisboa com todos os elementos do saneamento para o concelho, que engloba cerca de 13.000.000,00€ de investimento, não descurando o facto de que há muita gente que não quer a ligação.-----

-----O Vereador António José referiu que foi dito que o projecto de saneamento de Mira de Aire todo pronto ronda os 4.000.000,00€ e o plano para o ano dois mil e nove só tem inscrito 2 milhões de euros.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso referiu que o orçamento tem os 4 milhões de euros com os projectos para anos seguintes.-----

-----A Vereadora Dra. Irene Pereira interveio dizendo que se continuam a construir casas em sítios já cobertos pela rede de saneamento, com as fossas atrás e sem deixarem infra-estruturas feitas.-----

-----O Vereador Jorge Cardoso disse que já se está a obrigar as pessoas, onde já existe rede de saneamento e a conduta ligada, só se passa a licença de utilização com a ligação à rede de saneamento.-----

-----O Vereador António José explicou que poderiam fazer uma coisa que é uma medida muito simples relativamente ao saneamento. Estão com um problema grave nas Pedreiras, porque a Simlis não consegue ter resultados de tratamento, dado que a Etar está extremamente subaproveitada e o que lá chega é água das chuvas, apesar de existir rede, mas as pessoas não estão ligadas à rede. Isto acontece porque tem de se obrigar as pessoas a ligar-se à rede, mas isso é uma medida impopular e de facto têm de pensar como evitar isso no futuro. -----

-----O Vereador Jorge Cardoso voltou a referir que já se faz alguma coisa, já não se passa licença de habitabilidade sem estarem ligados à rede, por exemplo. As pessoas não querem ligar para não terem de pagar a taxa de ligação.-----

-----O Vereador António José disse que há outra situação mais grave que é o facto que para além da taxa que pagam, têm de gastar tanto ou mais para cria condições internas poderem ligar à rede de esgotos. -----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso negou, dizendo que muitos não têm de o fazer.-----

-----O Vereador António José referiu que uma grande maioria tem de certeza de o fazer e questionou qual a preocupação nas zonas que não têm rede.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso disse que estão e afirmou que tem sido chamada a atenção aos técnicos para onde não há rede, deixarem a caixa de entrada para depois ligarem ao saneamento.-----

-----O Vereador António José afirmou que tem de ser a Câmara a impor isso na aprovação dos projectos, têm de dar indicação aos técnicos que os projectos que têm a rede de saneamento, de drenagem de esgotos para as fossas, têm que ter uma caixa à frente para permitir a ligação. Isto para que quem viver no futuro não tenha o problema que se verifica nas Pedreiras e nos outros lugares. E só assim poderão estar ligados 27% da população.-----

-----O Arquitecto Jorge Cardoso disse que os 27% ou 30% são superiores, os 27% são o que o relatório diz.-----

-----O Vereador António José interveio referindo que o Sr. Albino falou de uma série de necessidades que são essenciais e custa-me a ver neste orçamento e é retórico o que vai dizer, mas efectivamente 1.000.000,00€ para o saneamento de Mira de Aire e 1.700.000,00€ para a Casa da Cultura, é mais uma constatação que as coisas não funcionam como se queria.-----

-----O Senhor Presidente João Salgueiro interveio dizendo que se está a falar da Casa da Cultura, mas não foi este executivo.-----

-----O Vereador António José referiu que nunca se viu nesta Câmara Municipal um documento orçamental com um rigor como este, em termos processuais, e diz que só tem pena é que não seja transposto para a forma de gerir o Concelho.-----

-----O Senhor Presidente interveio e questionou se achava mesmo que não.-----

-----O Vereador António José disse que sim, em termos de opções não ponho isso em causa.-----

-----O Vereador Rui Neves interveio dizendo que o Vereador António José tem todos estes números que foram apresentados, tem as contractualizações do QREN e questionou quais seriam as suas opções e se concorda que de facto mudou muita coisa desde dois mil e cinco.-----

-----O Vereador António José concordou que houve de facto muita coisa que mudou, mas não mudou a filosofia, o que havia de se ter mudado, que era a gestão a Curto, Médio e Longo Prazos, não mudou e gostava de ter visto mudada. Por exemplo, o Senhor João Salgueiro na altura da campanha falou muito em mudança, e o que entendo é que não é isso que se tem verificado.-----

-----O Senhor Presidente interveio referindo que no dia da Reunião de Câmara teve um Múncipe já idoso que lhe deu os parabéns, porque em três anos fez mais do que o anterior Presidente em doze anos.-----

-----O Vereador António José disse que isso eram opções.-----

-----O Senhor Presidente referiu que se for feito um exame retrospectivo, a obra feita em Porto de Mós nos últimos doze anos, foram as Piscinas Municipais de Porto de Mós e que foram financiadas. Por exemplo, no Juncal a escola de Casais Garridos, o alcatroamento do Andam ao Picamilho, foi paga neste mandato.-----

-----O Vereador António José questionou que instrumento de planeamento é que foi feito desde que estão aqui.-----

-----O Senhor Presidente João Salgueiro mencionou que têm um plano estratégico de acção desenvolvido para o Concelho.-----

-----O Vereador António José disse que estava a falar de planos de urbanização.-----

-----O Senhor João Salgueiro perguntou de que valia a pena ter um plano, como por exemplo o dos Colos e questionou ao Vereador se achava que era exequível.-----

-----O Vereador António José disse não saber se é exequível ou não.-----

-----O Senhor Presidente afirmou que não era, no que estava concebido não era.-----

-----O Vereador António José questionou-o, porque é que não era exequível.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o Plano Pormenor da Várzea que estava em vigor, foi alterado pela VDG1 e não está de acordo com o que está no plano e que ainda hoje a Câmara e também, por exemplo, o Engenheiro Guerra, estão com problemas.-----

-----O Vereador António José afirmou que se continua a ter problemas, porque esses documentos não têm sido trabalhados, não foram revistos.-----

-----O Senhor Presidente proferiu que, por exemplo o Plano Director Municipal, contrariamente ao que muita gente diz, voltou à estaca zero, porque não foi posto a inquérito público quando devia de ter sido.-----

-----O Vereador António José questionou o Presidente do porquê de tal situação e questionou-o quando é que a lei entrou em vigor.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que foi em Agosto de dois mil e cinco.-----

-----O Vereador António José voltou a dizer que tinha sido em Agosto de dois mil e seis.-----

-----O Senhor Presidente negou e disse que a Plural tem uma factura de trabalhos a mais, porque o trabalho feito da caracterização do Concelho, todos os dossiers que faziam parte do PDM foram rasgados e postos no lixo. Em Fevereiro/Março de dois mil e cinco, estava tudo pronto para ir a inquérito público e não foi.-----

-----O Vereador António José interveio constatando que se estava tudo pronto deveria ter ido em Janeiro de dois mil e seis.-----

-----O Senhor Presidente lembrou-o de que o governo que entrou em dois mil e cinco começou a reformular a Lei e fez remodelar tudo o que era P.D.M.-----

-----O Vereador António José disse que a lei é de dois mil e seis e entrou em vigor em dois mil e sete e até lhe demonstrarem o contrário, a culpa era vossa em isto ter acontecido.-----

-----O Senhor Presidente referiu que tomaram posse em Novembro e temos leis do Ordenamento do Território que entraram em vigor logo após a tomada de posse deste governo em dois mil e cinco. Portanto, entrou em vigor antes de tomarem posse.-----

-----O Vereador António José refutou, garantindo que não.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a factura de trabalhos a mais do PDM de Agosto de dois mil e seis, dado que quando entraram neste Executivo tiveram de fazer logo alterações.--

-----O Vereador António José frisou que a sua convicção é que tiveram tempo para isso.-----

-----O Senhor Presidente referiu outras obras que foram resolvidas neste mandato, como por exemplo a repavimentação da estrada Fonte do Oleiro / Fontes dos Marcos, o relvado sintético, o pavilhão da Fonte do Oleiro, a estrada 362 que já foi toda paga e feita neste mandato, as curvas do campo de futebol, o muro do rio, o Espaço Jovem que está quase concluído, as praças também, a Cercilei também está quase concluída, a ponte de S. Pedro também vai ser requalificada. Portanto, compara três anos com doze.-----

-----O Vereador António José afirmou que não tem comparação.-----

-----O Senhor Presidente continuou, dizendo que se gastaram em Mira de Aire cinquenta mil contos em tentativas de pilares para a Casa da Cultura, quando numa noite caiu tudo, e questionou se o Vereador achava que isso era boa política. E mais ainda, faltava pagar muito da iluminação do castelo, as festas de S. Pedro de dois mil e cinco estavam todas por pagar, e questionou-o mais uma vez, onde se gastou o dinheiro.-----

-----O Vereador António José mencionou que não o questionasse a ele, porque o Senhor Presidente é que tinha de saber, porque também fez parte do anterior executivo.-----

-----O Senhor Presidente referiu que então não dissessem que não se fez nada. No Juncal durante oito anos não se fez nada, o cinetatro de Mira de Aire já era promessa de algum tempo.-----

-----O Vereador António José citou que o que se estava a discutir eram opções com as quais não concordava. Para ele, o importante era o que é principal para o Concelho, e entende que a forma como o estavam a fazer não era a melhor opção. O que criticava era o deixar acontecer e o não fazer para acontecer. Em Mira de Aire tinha de se fazer um acesso como deve ser. Acrescentou ainda que o actual executivo tem aproveitado mal a mais-valia que têm ao ter a mesma cor do Governo.-----

-----**MAPA DE PESSOAL PARA 2009 – Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----**Tendo os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata apresentado uma declaração de voto, no seguinte teor:**-----

-----“O Plano de Actividades e Orçamento para 2009, último a ser analisado por este executivo camarário, é um documento que revela claramente a perspectiva política deste executivo PS, bem como a sua falta de estratégia de planeamento a médio e longo prazo, tal como tem vindo a ser denunciado durante todo este mandato pelos Vereadores eleitos do PSD.--

-----Nos últimos três anos tem-se constatado uma clara aposta no curto prazo e no cumprimento de algumas promessas eleitorais, sem um Plano Estratégico Global de Desenvolvimento e não mostrando a abertura suficiente para acatar opiniões divergentes e contextualizadas, que certamente permitiram encontrar as melhores soluções para os problemas do Concelho.-----

-----Tão pouco podemos aceitar que a recente conjectura económico financeira seja a única justificação para os impactos negativos que são hoje mais visíveis no Concelho de Porto de Mós, pois:-----

-----1 - A nível do Planeamento Urbanístico não tem sido feito o necessário. Os instrumentos de planeamento urbanístico, deixados pelo executivo anterior, nomeadamente o Plano Pormenor dos Colos e os Planos de Salvaguarda da Zona Histórica de Porto de Mós, de S. Jorge e da Portela Vale de Espinho, foram esquecidos com prejuízos graves para a organização do território e da qualidade de vida da população.-----

-----Por outro lado também era premente a elaboração dos Planos de Salvaguarda da Pia Carneira e dos Casais dos Vales, bem como os Planos de Urbanização de Mira de Aire, Alqueidão da Serra e Juncal, entre outros instrumentos de planeamento.-----

-----2 – Este executivo não conseguiu utilizar todos os meios ao seu alcance para promover efectivamente o Concelho de Porto de Mós como um local atractivo para fixar residência e sedear organizações económicas.-----

-----Dado que as pessoas são o motor de desenvolvimento de qualquer região, poder-se-iam ter tomado diversas medidas para o efeito, tais como a redução de IRS, a redução de taxas e impostos e dos preços prestados pela Câmara e outras medidas de incentivo à fixação de pessoas. Quais as medidas concretas de captação de empresas levadas a cabo pelo executivo Socialista? Constatou-se uma insuficiente capacidade para a captação e fixação de tecido empresarial no Concelho de Porto de Mós.-----

-----3 – Uma das bandeiras da campanha Socialista foi o saneamento básico. Ao fim de três anos o que foi feito? Perspectiva-se o início das obras de Mira de Aire, porque agora o que foi feito foram pequenas intervenções, com pouco significado. No entanto estas obras não servirão toda a Vila. Num momento em que o QREN privilegia este tipo de infraestruturas, a Câmara Municipal de Porto de Mós foi pouco ambiciosa nesta área, privilegiando equipamentos recreativos e desportivos, claramente eleitoralistas e que não correspondem às principais necessidades da população.-----

-----4 – Não tem sido visível a preocupação deste executivo em manter e divulgar o património existente. Assim, alguns edifícios camarários apresenta sinais evidentes de falta de manutenção (Pavilhão Gimnodesportivo de Porto de Mós, Pavilhão Gimnodesportivo de Mira de Aire, Cine-Teatro de Porto de Mós, entre outros). O património natural, uma das riquezas deste concelho, não tem sido devidamente rentabilizado e divulgado.-----

-----5 – Verificou-se neste mandato, contrariamente a todas as expectativas, uma pouca rentabilização das sinergias políticas resultantes da Câmara e Governo serem do mesmo partido político.-----

-----Em suma, esta Câmara continua a apostar num modelo de gestão não planeado a médio e longo prazo, não arrojado e com pouca ambição. Não existe uma estratégia bem definida para Porto de Mós, o que queremos que este concelho seja daqui a 10 ou 20 anos.-----

-----Continua-se a apostar numa gestão diária, sem uma estratégia de fundo.-----

-----Então, para este próximo ano, a preocupação fundamental é notoriamente o processo eleitoral de 2009 e não o desenvolvimento sustentado do Concelho, pois aposta-se muito no embelezamento e na repavimentação desta ou daquela rua, criteriadas em função de promessas e perspectivas meramente eleitoralistas. São obras também necessárias, no entanto, no nosso entender, não devem ser estas as principais preocupações do executivo, mas sim uma política mais virada para as reais necessidades do Concelho e para as suas mais valias, potenciando-as com o objectivo de projectar o Concelho no futuro.-----

-----Os Vereadores do Partido Social Democrata -----

-----João José -----

-----António José-----

-----Irene Pereira”-----

-----O Vereador Albino Januário, interveio dizendo que o essencial, em resposta à vossa Declaração de Voto, só pode ser uma e tomou nota de alguns pontos, entre os quais, a falta de estratégia, apostaram no curto prazo, existem planos do último executivo que foram esquecidos, não há promoção para fixar pessoas, não se reduzem impostos para captar pessoas, não houve saneamento básico dadas as necessidades do Concelho, a Câmara Municipal de Porto de Mós foi muito pouco ambiciosa quanto às possibilidades que o QREN oferece, há ainda a

falta de manutenção dos edifícios, há um modelo de gestão não planeado, a longo prazo existe embelezamento a mais. Do nosso ponto de vista, parece que os eleitos do Partido Social Democrata procuram justificar o seu voto negativo ao plano e orçamento para o ano de dois mil e nove, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores. -----

-----O Vereador António José referiu que já no ano passado votaram contra.-----

-----O Vereador Albino Januário continuou dizendo que de qualquer modo há na Declaração de Voto uma excessiva preocupação em justificar o voto negativo por coisas que não são verdade. Por exemplo, a falta de estratégia, já foi dito durante a reunião e é do vosso conhecimento que estratégia não falta em termos dos investimentos e que fazem falta ao desenvolvimento do Concelho, todos concordamos com isso inclusive, planos que não foram desenvolvidos por nós, mas apenas com a nossa participação. -----

----- Estou a falar de um plano apresentado do QREN e que foi elaborado pela AMPL, da qual o nosso Município faz parte. É um plano que envolve as grandes obras que há muito este Concelho carece e são no âmbito da indústria, concretamente os parques industriais, na cultura, no saneamento básico e no domínio das águas, nomeadamente e são ainda inexistentes e que têm uma vida útil de vinte ou mais anos, portanto entende que não se pode planear a vida do Concelho em termos de desenvolvimento sem lutar pela concretização das obras mencionadas. Refere ainda que, quando os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata referem na sua declaração de voto que existe falta de estratégia ou financiar obras de curto prazo, não lhe parece que tenha alguma adesão à realidade actual, acrescentam que se deitaram foram planos deixados pelo anterior executivo, foram esquecidos como é o caso dos colos, o que não é completamente verdade dado que se está a avançar com o Plano de Pormenor da Várzea e Salvaguarda de S. Jorge, pelo que mais uma vez não é verdade o que dizem. -----

-----O Senhor Vereador António José interveio referindo que é verdade, porque dos que referenciou só um plano é que está a avançar. -----

-----Continuou a sua intervenção o Senhor Vereador Albino Januário referindo que ainda no capítulo das despesas correntes estão em plano cerca de sessenta a setenta mil euros a pensar no Plano de Pormenor da Várzea. Referiu ainda que na declaração de voto os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata afirmaram que não há promoção para fixar pessoas, mas do seu ponto de vista só se fixam pessoas oferecendo condições para a sua fixação, como por exemplo a criação de emprego, acessibilidades e condições para os filhos estudarem e todo um sem número de condições de qualidade de vida que há pouco. Tem que se desenvolver o parque industrial, obter o IC9 que está nesta altura em projecto, manter estradas boas e continuar a construção de escolas que já mais foram vistas no Concelho de Porto de Mós e que nesta altura já está em construção o Pólo Educativo de S. Bento, Serro Ventoso e a Escola da Cumeira, de modo que não percebe como se fazem afirmações deste tipo. Acrescentou que quanto à redução de impostos, como meio de captar pessoas, no caso concreto de Porto de Mós não lhe parece que essa seja uma arma ou condição para que as pessoas se fixem em Porto de Mós e estando o Concelho carenciado de obras infraestruturantes e de grande peso no Orçamento Municipal, não vê forma e condições para reduzir impostos, como o IRS e IMI, até porque em relação a este último o Concelho de Porto de Mós tem a taxa mais baixa do Distrito de Leiria e não se pode reduzir mais dado que já está no valor mínimo. -----

----- Do seu ponto de vista não vê condições para isso a não ser que se prejudiquem investimentos muito significativos e necessários ao desenvolvimento do Concelho. Continuou a sua intervenção referindo que os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata referem que houve pouca ambição em relação ao QREN. De facto o QREN abre uma hipótese de candidaturas como nunca foi visto e a Câmara tem qualquer coisa como candidaturas a obras na ordem dos catorze a quinze milhões de euros e ainda não foram candidatadas as obras de águas e saneamento, que o irão ser em Janeiro próximo, acrescentando que nesta altura só está candidatado o saneamento de Mira de Aire, que tem uma componente de água, pelo que também em Janeiro haverá mais uma candidatura promovida pela própria Câmara e que

envolverá mais alguns milhões de euros. Deste modo, neste aspecto não é necessariamente verdade, dado que a Câmara no que toca ao QREN não só foi ambiciosa como também irá tão longe quanto possível e não deixará de ir enquanto a opção QREN não estiver esgotada. -----

-----Referiu ainda que outro dos aspectos apontados foi a falta de manutenção dos edifícios da Câmara e neste aspecto se calhar tem que se dar alguma atenção. O Orçamento contempla cerca de quarenta a cinquenta mil euros destinados para esse efeito e considera que este valor inicial talvez não chegue para fazer a manutenção dos edifícios destinados ao desporto como por exemplo o pavilhão de Porto de Mós e Mira de Aire, bem como o cinema que também precisa de pequenas reparações mas não tantas como se diz por aí. Nesta alínea dá efectivamente alguma razão à argumentação apresentada mas nunca para justificar o voto efectivo. -----

-----Depois falarem de novo num modelo de gestão não planeado, e que vem um pouco na sequência daquilo que disseram de falta de estratégia, mais uma vez não parece que isso tenha o mínimo de fundamento pelas obras que estão em curso e aquilo que se pretende para o Concelho. Não há possibilidade de desenvolver o mesmo sem prioritariamente se desenvolverem aquelas obras. Não há argumentação que contrarie o que disse, sem saneamento, sem empresas instaladas nos parques industriais, sem acessibilidades, sem escolas não há hipótese de desenvolver o Concelho, e entende que se terá que fazer isso e só assim haverá com certeza mais condições para se fixarem pessoas, e portanto a isto chama-se gestão planeada. -----

-----Continua referindo que também é mencionado na declaração de voto que há embelezamento a mais, parecendo-lhe não poder falar-se de embelezamento quando cerca de 80 a 70 % do orçamento é destinado a obras de infra-estruturas, água, saneamento, indústria, parques industriais e acessibilidades, pelo que não percebe como é que com tudo isto falam de embelezamento. Poderão sim dizer que este orçamento tem um jardim que é o Parque Verde, contudo o Parque Verde não é uma obra de embelezamento mas sim de infra-estrutura, que cria condições para a fixação de pessoas e lazer, bem estar, com impactos benéficos ao nível do comércio e do turismo e tudo o que é social. Trata-se de um espaço destinado a jardim verde, que vem do mandato anterior e que nunca teve condições ou talvez tivesse faltado a coragem para avançar com o projecto, mas o projecto já se encontra aprovado e vai-se avançar com a obra no valor estimado de oitocentos mil euros para o ano dois mil e nove. Portanto falar no orçamento para o ano dois mil e nove em embelezamento a mais parece-lhe uma situação perfeitamente descabida e injustificada, não encontrando forma para concordar com o voto negativo não estando o mesmo minimamente justificado. Entende que é uma opção política e que se enquadra num quadro político que já se está a viver e que se irá acentuar até Outubro do próximo ano, tratando-se efectivamente de uma estratégia pelas piores razões. -----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, da qual para constar, se lavrou a presente Acta. -----

